



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000475941

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0137416-21.2011.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante PEDRO MARTINS FILHO e é apelada BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator que integra este Acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos Desembargadores PAULO AYROSA (Presidente) e ANTONIO RIGOLIN.

São Paulo, 12 de agosto de 2014

LUIS FERNANDO NISHI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 16353

Apelação cível nº 0137416-21.2011.8.26.0100

Comarca: São Paulo – 7ª Vara Cível

Apelante: Pedro Martins Filho

Apelada: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A

Juiz 1ª Inst.: Dr. Antônio Carlos de Figueiredo Negreiros

SEGURO DE VEICULO – CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – Julgamento antecipado da lide – Possibilidade – Quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência, o juiz conhecerá diretamente do pedido – Inteligência do artigo 330, I, do Código de Processo Civil. PRELIMINAR AFASTADA.

AÇÃO DE COBRANÇA – ACIDENTE AUTOMOBILISTICO – EMBRIAGUEZ DO SEGURADO – Provas robustas de que o segurado agravou intencionalmente o risco objeto do contrato securitário – Exclusão da cobertura contratual – Indenização indevida – Dever de observância ao princípio da boa-fé que rege as relações contratuais – Inteligência dos artigos 765 c.c 766, ambos do Código Civil – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta por **PEDRO MARTINS FILHO** contra a respeitável sentença de fls.151/152 que, em ação de cobrança movida contra **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, julgou improcedente o pedido, condenando a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, §4º, do Código de Processo Civil.

Irresignado, pretende a inversão do quanto julgado,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sustentando, em preliminar, cerceamento de defesa, ante a inoportunidade de produção de provas, com vistas a demonstrar que o acidente de trânsito ocorreu devido ao estado de embriaguez do condutor do veículo segurado.

No mérito, aduz, em síntese, ser viável o pagamento do seguro pleiteado, por não haver efetivamente demonstrado que a conduta do segurado foi determinante para a ocorrência do sinistro (fls. 161/189).

Houve contrariedade ao apelo (fls.191/202), em defesa do desate da controvérsia traduzido na sentença recorrida.

É o relatório, passo ao voto.

I -- Afasta-se, desde logo, a alegação de cerceamento de defesa.

Em se tratando de provas necessárias à instrução processual, vigora no ordenamento jurídico positivo o princípio da livre convicção motivada ou da persuasão racional do juiz.

Dessa forma, ao juiz, na qualidade de destinatário da prova, incumbe avaliar a conveniência ou não de sua produção. O magistrado não é obrigado a colher todas as provas pretendidas pelas partes, máxime quando aquelas já trazidas aos autos afiguram-se suficientes para a formação do seu convencimento.

II -- No mérito, a irresignação é improcedente.

O segurado ajuizou ação de cobrança em face de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A, para cobrança de indenização contratual prevista na apólice de seguro de veículo (apólice nº 083544 – fls. 37).

Ocorre que, em 18 de julho de 2010, o filho do segurado se envolveu em acidente de trânsito, tendo seu veículo de marca Fiat Strada Adventure 1.8, ano/modelo 2010, placas EMR 1215, sofrido perda total (cf. boletim de ocorrência a fls. 42/44).

Com o acidente de trânsito, o autor postulou o recebimento do valor segurado; entretanto, teve o seu pedido negado (fls. 54).

Recusou-se a indenizar o apelante no valor da cobertura prevista no contrato, sob o argumento de que o filho do segurado agravou o risco objeto do contrato, pois se encontrava alcoolizado quando da ocorrência do acidente de trânsito, restando caracterizada a existência de nexo causal entre o fato e a ocorrência do sinistro.

É certo que o contrato firmado entre as partes (fls. 70/105) garante o pagamento de uma indenização ao segurado, em caso de acidente de veículo, desde que observada as condições gerais e particulares previstas contratualmente.

Vale ressaltar, entretanto, que, o item RISCOS EXCLUÍDOS NO SEU SEGURO estabelece: ***“Não serão indenizados os prejuízos: Relativos a danos ocorridos quando for verificado que o veículo segurado foi conduzido por pessoa embriagada ou drogada, desde que a Segurada comprove que o sinistro ocorreu devido ao estado de embriaguez do condutor”*** (fls. 89).

Nada obstante cuidar-se de contrato padrão, com claros para preenchimento conforme o ajuste de vontade, presumem-se aceitos os



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

seus termos frente à adesão não questionada, sem indicação, ainda que genérica, de qualquer vício de consentimento a impor-lhe a pecha de nulidade.

Conforme se depreende dos autos, o exame toxicológico realizado no condutor do veículo segurado atesta, claramente, no sentido da presença de álcool etílico no sangue na concentração de 1,5 g/l (cf. fls.69).

Não há, dessa forma, provas que afastem a conclusão de que a embriaguez foi a causa determinante na ocorrência do evento, sendo indevida, portanto, a indenização securitária para cobertura do sinistro ocorrido. Mesmo porque, chocou-se contra o poste (fls.42/44), sem causa conhecida, tornando certa a inequívoca relação com o estado de embriaguez ao volante como determinante para a ocorrência do evento.

A questão já foi enfrentada pelo **E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Confirmam-se, a propósito do tema, os V. Arestos que têm as seguintes ementas:

“SEGURO DE VEÍCULO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - EMBRIAGUEZ DO SEGURADO - CAUSA DO ACIDENTE - AGRAVAMENTO DO RISCO - PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO. Os elementos dos autos indicam o estado de embriaguez do segurado como única causa plausível para a ocorrência do acidente, o que acarreta a perda do direito à indenização securitária. AGRAVO RETIDO E RECURSO IMPROVIDOS”.

“EMENTA - Seguro de vida em grupo - Acidente de trânsito - Colisão frontal contra poste de iluminação pública e imóvel residencial, ocasionando o óbito no local – Exame positivo para verificação de embriaguez - Perda de direito (cláusulas 3 e 5, das Condições Gerais) - Precedentes do STJ que reclamam demonstração pela seguradora de que o

¹ Apelação sem Revisão nº 992.07.063053-3, Rel. Des. Emanuel Oliveira, 27ª Câmara de Direito Privado, J. 20/10/2009.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sinistro não teria ocorrido não fosse o estado de embriaguez - Hipótese configurada nos autos - Improcedência mantida - Apelação não provida²”.

EMENTA: SEGURO DE VIDA. COBRANÇA. Se pelo conjunto probatório contido nos autos vislumbra-se a culpa do segurado pelo acidente, agravado pelo seu estado de embriaguez, improcede a pretensão indenizatória. Sentença mantida. Recurso improvido³.

Impõe-se a aplicação do artigo 765 do Código Civil, que estabelece a **obrigação entre segurado e segurador a guardarem na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade**, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

Saliente-se que o pactuado pelas partes, mesmo em contrato de adesão, é válido desde que em consonância com as garantias constitucionais, certo ainda que tinha o contratante conhecimento das **regras contratuais**, especialmente dos riscos excluídos, portanto, fora do âmbito de indenização por parte da seguradora, ora apelada, com os quais aderiu livre e voluntariamente.

A r. sentença recorrida merece ser mantida, destarte, pelos seus próprios e bem lançados fundamentos

III -- Diante do exposto, rejeitada a preliminar, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

LUIS FERNANDO NISHI

Relator

² Apelação Cível nº 992.09.048085-5, Rel. Des. Romeu Ricupero, 36ª Câmara de Direito Privado, J. 15/10/2009.

³ Apelação nº 992.09.084486-5, Rel. Des. Felipe Ferreira, 26ª Câmara de Direito Privado, J. 23/09/2009.